

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

PROCESSO N.º 2325000111

**TD-AP-C17-I03, “TRANSIÇÃO DIGITAL NA SEGURANÇA SOCIAL” - AQUISIÇÃO DE
EQUIPAMENTOS PARA A SOLUÇÃO DE EDGE COMPUTING – FASE IV**

Índice

Artigo 1.º Identificação e objeto do contrato.....	3
Artigo 2.º Entidade Adjudicante.....	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4.º Competência do júri.....	3
Artigo 5.º Atos que condicionam a contratação	3
Artigo 6.º Agrupamento de concorrentes	3
Artigo 7.º Critério de adjudicação	4
Artigo 8.º Sorteio.....	4
Artigo 9.º Peças do procedimento – consulta e fornecimento	5
Artigo 10.º Prazo para apresentação das propostas.....	5
Artigo 11.º Documentos da proposta.....	5
Artigo 12.º Modo de apresentação das propostas	6
Artigo 13.º Exclusão de propostas	6
Artigo 14.º Documentos de habilitação e irregularidades	6
Artigo 15.º Caução.....	7
Artigo 16.º Encargos.....	7
Anexo I Modelo de garantia bancária/seguro caução	8
Anexo II Modelo de Avaliação das Propostas.....	9
Anexo III Minuta de declaração a prestar pela entidade subcontratada.....	10

Artigo 1.º | Identificação e objeto do contrato

1. O presente concurso público, nos termos dos artigos 130.º e sgs. do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), tem por objeto **a aquisição de equipamentos para a solução Edge Computing.**
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos) adotado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 de 28 de novembro de 2007, o presente procedimento tem a seguinte classificação: CPV n.º 48820000-2 - Servidores
3. Nos termos do n.º 4 do artigo 35º A do CCP, comunica-se que foi consultada o Fabricante Hewlett-Packard Enterprise com o NIPC 502407697 para a determinação do preço base.

Artigo 2.º | Entidade Adjudicante

1. A Entidade Adjudicante é o Instituto de Informática, I.P. (doravante II, I.P.), com sede na Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, n.º 17, Edifício Ciência I, em Porto Salvo, no Concelho de Oeiras, com o telefone 214230000 e com o endereço de correio eletrónico ii-ao-contratacao@seg-social.pt
2. Endereço do sítio da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Entidade Adjudicante, disponibilizada pela acinGov: <https://www.acingov.pt/>

Artigo 3.º | Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, datada de 16/05/2025, foi tomada por deliberação do Conselho Diretivo do II, I.P., ao abrigo do n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro.

Artigo 4.º | Competência do júri

O Júri do procedimento é o órgão competente para a prestação de esclarecimentos, por delegação de competências do Conselho Diretivo concedida nos termos da deliberação deste Órgão, datada de 16/05/2025.

Artigo 5.º | Atos que condicionam a contratação

O presente procedimento foi precedido do parecer favorável da AMA, de 26/05/2025, nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio.

Artigo 6.º | Agrupamento de concorrentes

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por um agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

2. Os membros do agrupamento adjudicatário devem igualmente subscrever declarações de nomeação de chefe do consórcio, ao qual conferirão os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da Entidade Adjudicante, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas.
3. O título constitutivo da modalidade de associação dos membros do agrupamento adjudicatário prevista no n.º 1 e as declarações referidas no número anterior devem ser apresentados pelo adjudicatário, nos termos previstos na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro e no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação.
4. A não apresentação dos documentos referidos no número anterior nos termos e prazos aí previstos determina a caducidade da adjudicação, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o regime consagrado nos n.ºs. 2 a 4 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 7.º | Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, de acordo com os seguintes fatores e coeficientes de ponderação, segundo o modelo constante do **Anexo II**:
 - a) Preço – 70%; e
 - b) Garantia – 30%.
2. Em caso de empate na pontuação final, serão aplicados sucessivamente os seguintes critérios:
 - a) Preço;
 - b) Garantia; e
 - c) Sorteio realizado pelo Júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes.
3. Todos os preços propostos pelos concorrentes devem ser apresentados em euros e, se houver necessidade, serão arredondados ao cêntimo para efeitos de aplicação do critério de adjudicação previsto no n.º 1.

Artigo 8.º | Sorteio

1. Caso exista a necessidade do sorteio, o mesmo será realizado pelo Júri na presença de um representante de cada uma das entidades concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os presentes.
2. As entidades concorrentes que tenham as suas propostas em situação de empate, serão notificadas da data, hora e local do sorteio com a antecedência de 2 (dois) dias úteis, devendo apresentar-se munidas da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.
3. A ordenação das propostas empatadas será fixada pela ordem de extração.
4. Será proposta a adjudicação da proposta sorteada em 1.º lugar.

Artigo 9.º | Peças do procedimento – consulta e fornecimento

1. As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV, acessível através do sítio **www.acingov.pt** a partir da data de envio para publicação no Diário da República até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta, o *download* das peças do procedimento bem como apresentar proposta, bastando, para o efeito aceder à plataforma ACINGOV, efetuando o registo no sítio eletrónico acima indicado.

Artigo 10.º | Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas até às **23h 59m 59s**, do **30.º dia** a contar da data de envio para publicação do anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia, mediante submissão na plataforma eletrónica de contratação pública indicada no n.º 2 do artigo 2.º.

Artigo 11.º | Documentos da proposta

1. A proposta, sob pena de exclusão, deverá ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento que contenha a demonstração mencionada no n.º 2 do artigo 55.º - A do CCP, caso pretenda a relevação de impedimentos;
 - b) Documento com a identificação e descrição das características técnicas dos bens objeto do contrato;
 - c) Documento com a indicação do preço global e unitário, em algarismos e em euros, não incluindo o IVA, com referência aos bens indicados no caderno de encargos;
 - d) Documento com a indicação do prazo de garantia, se superior a 3 anos;
2. A proposta deve, ainda, ser instruída com o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), elaborado online, por carregamento do ficheiro “espd-request.xml”, de acordo com as seguintes regras:
 - a) O DEUCP deve ser assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
 - b) No caso da apresentação por um agrupamento deve ser preenchido um DEUCP por cada membro que integra o agrupamento;
 - c) O DEUCP deve ser enviado em ficheiro com a designação “AnexoDEUCP_[designação_concorrente].pdf”
3. Caso o **Concorrente** identifique na proposta um terceiro subcontratado deve juntar, sob pena de exclusão, os documentos de habilitação desse terceiro, mencionados no n.º 1 do artigo 14.º, e uma declaração de vinculação à execução da parte do serviço correspondente de acordo com o modelo constante do **Anexo III** ao presente documento.
4. O Concorrente pode juntar quaisquer outros documentos, redigidos em português, que considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

5. Os documentos emitidos pelos concorrentes deverão ser assinados pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

Artigo 12.º | Modo de apresentação das propostas

1. A proposta e todos os documentos que a constituem são apresentados diretamente na plataforma eletrónica acessível no sítio www.acingov.pt, disponibilizado pela empresa ACINGOV.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como, para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à INTERNET de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será aceite pelo júri do procedimento caso tenha sido realizado no portal disponibilizado para o efeito e até à data e hora definida para a apresentação das propostas.
4. As propostas, assim como todos os documentos carregados na plataforma eletronicamente deverão ser **assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada**, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. Nos casos em que o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, **o concorrente tem que submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.**
6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento de concorrentes, os documentos emitidos devem ser assinados em cumprimento pelo disposto no n.º 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 13.º | Exclusão de propostas

São excluídas as propostas que adicionem, suprimam ou alterem estipulações sobre repartição do risco, transmissão da propriedade, cumprimento ou responsabilidade, bem como outras que sejam consideradas variantes.

Artigo 14.º | Documentos de habilitação e irregularidades

1. O prazo de apresentação dos documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP, bem como da certidão do registo comercial é de 10 dias e o de supressão de irregularidades é de 5 dias, a contar da data da notificação respetiva.
2. Caso o adjudicatário esteja registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 72/2018, de 12 de setembro, está dispensado da apresentação dos documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, devendo indicar essa qualidade no prazo de apresentação dos documentos de habilitação.

3. Caso se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário é notificado para se pronunciar por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias, ao abrigo do n.º 2 do artigo 86.º do referido diploma legal.

Artigo 15.º | Caução

Nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do CCP e independentemente do montante, o valor da caução a prestar corresponde a 5 % do preço contratual, obedecendo aos modelos constantes do Anexo I.

Artigo 16.º | Encargos

Quando existam, as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito, correm por conta do adjudicatário.

Anexo I | Modelo de garantia bancária/seguro caução

Em nome e a pedido de (identificação do adjudicatário), vem a (instituição garante), pelo presente documento, prestar a favor de (indicar a entidade adjudicante), uma garantia bancária/seguro caução, até ao montante de (por extenso), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo garantido no âmbito do (identificar o procedimento), relativo à adjudicação correspondente ao contrato de (indicar), nos termos e para os efeitos dos n.ºs 6 (ou 7 se for seguro caução) e 8 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5 % do preço contratual e funciona com se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros garante, no caso de vir a ser chamado a honrar a presente garantia, não poderá ter em consideração quaisquer objeções do garantido, sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa fazer valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

Data

Assinatura

Modelo de Guia de Depósito

Vai (identificação do adjudicatário), com sede em (indicar) depositar na (indicar) da (instituição bancária), a quantia de (por extenso) em dinheiro/títulos, como caução exigida no âmbito do (identificar o procedimento), relativo à adjudicação correspondente ao contrato de (indicar), nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem do (indicar a entidade adjudicante), com sede em (indicar), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinatura

Anexo II | Modelo de Avaliação das Propostas

(a que se refere o artigo 7.º do programa do concurso)

FATORES DE AVALIAÇÃO E RESPECTIVOS COEFICIENTES DE PONDERAÇÃO

1. Fator "Preço"

Relativamente ao fator preço, as propostas serão pontuadas de acordo com a seguinte fórmula, com arredondamento a três casas decimais:

$$P_i^P = 1 + \frac{\sqrt{100 - 100 * x_i^2}}{2,5}$$

onde x_i é fração do preço base, correspondendo a

$$x_i = \frac{P_i}{P_{base}}$$

em que:

P_i – Preço da proposta i

P_{base} – Preço base do procedimento

2. Fator "Garantia"

Relativamente a garantia as propostas serão pontuadas de acordo com a seguinte tabela:

Garantia Proposta	Pontuação
3 Anos	1 Ponto
4 Anos	3 Pontos
5 Anos	5 Pontos

Anexo III | Minuta de declaração a prestar pela entidade subcontratada

(a que se refere o n.º 3 do artigo 11.º do programa do concurso)

[●] (*identificação do(s) representante(s) legal(is) do futuro subcontratado*), titular(es) do(s) bilhete(s) de identidade/cartão(ões) do cidadão n.º (s) [● *indicar*], na qualidade de representante(s) legal(is) de [● *indicar*], com número de identificação fiscal [● *indicar*] e sede [● *indicar*], futuro subcontratado de (● *identificar denominação, sede e NIF / NIPC do futuro subcontratante*) declaram, para efeitos do concurso público n.º **2325000111**, para a aquisição, pelo Instituto de Informática, I.P., de **equipamentos para a solução Edge Computing**, que se comprometem a realizar incondicionalmente as seguintes prestações:

[● *indicar*]

[●] (*local*), [●] (*data*), [●] (*assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) dos representantes do futuro subcontratado*).